apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

BOLETIM

ANO XXIII Nº 2 OUTUBRO DE 1999

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN



A NAÇÃO VIGILANTE

Professores universitários de todo o país participaram da Marcha dos Cem Mil a Brasília, gigantesca manifestação democrática de protesto contra a política econômica e social do Governo Fernando Henrique.

Intransigência pode provocar paralisação

Página 3

Professores exigem mais justiça na GED

Página 2

Renovar sem desunir

Em novembro próximo, o corpo de associados da Apubh estará elegendo nova diretoria, que coordenará a atuação político-sindical da entidade, no período 1999/2001, a partir de dezembro, quando daremos posse aos colegas escolhidos para assumir a nobre missão de dar prosseguimento ao trabalho de representação profissional e de defesa dos interesses dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Se é verdade que a atual diretoria se aproxima do fim de sua movimentada gestão com a tranqüilidade de quem pode olhar para trás e ver o dever cumprido, diante da consolidação do reconhecimento da importância da entidade não apenas para seus membros, mas, principalmente, para a Universidade, também o é que, a despeito de toda a luta, na qual se destaca uma longa e penosa paralisação nacional, o ensino superior público brasileiro jamais viu tão ostensivamente ameaçado seu desígnio de existir e se desenvolver com dignidade.Como o demonstra a insistência do MEC, escancarada nos fôlderes que circulam por todo o país, em impor aos meios acadêmicos e à nação um projeto de autonomia que prevê até mesmo arbitrárias intervenções nas universidades. Proposta essa articuladamente inserida em empreendimento político mais amplo, que pressupõe a transformação da Universidade em instituição produtivista destinada a atender preferencialmente aos interesses empresariais, nacionais ou estrangeiros.

Tal conjuntura nos reclama uma visão muita clara da importância de nosso papel e da maneira com que devemos estar integrados ao Movimento Docente nacional, representado pela Andes-SN, entidade que, após exaustivo trabalho de décadas, tem hoje sua atuação reconhecida além das fronteiras nacionais, constituindo-se em fórum institucional com posições políticas transparentes e refletindo, mais fielmente do que em outras conjunturas adversas, os verdadeiros e legítimos anseios de suas bases.

Diante do tamanho e do poder destrutivo dos adversários da academia que sonhamos, construímos e queremos continuar construindo, é mais imprescindível do que nunca em nossa história a ação coesa dos docentes em âmbito nacional.

A Apubh, com plena consciência dessa exigência estratégica, realizou nos últimos anos decidido trabalho de reforço do movimento nacional, sempre respeitando rigorosamente as decisões da base e relevando eventuais divergências regionais ou pessoais, em benefício das causas comuns.

É esse, a nosso ver, o entendimento que deve nortear a sucessão na Apubh. Com a sempre saudável e bem-vinda renovação de energias, companheira inseparável das obras humanas duradouras e bem-sucedidas.

Docentes exigem clareza na GED

Todas as deliberações sobre a GED para 1999 da Assembléia Geral dos Professores da UFMG, convocada pela Apubh e realizada em 23 de setembro, foram encaminhadas pela entidade à Comissão Institucional encarregada das discussões sobre o tema, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aos chefes de departamentos.

A primeira crítica dos professores refere-se à época de divulgação dos critérios adotados para a avaliação do trabalho do docente, prevista para 10 de novembro. A assembléia aprovou um protesto, já que, novamente, o professor só tomará conhecimento da forma de avaliação depois de transcorrido praticamente todo o período de avaliação, qual seja o ano letivo de 1999.

Quanto aos professores que cumprem carga horária de 20 horas, a assembléia denunciou que, uma vez mais, as diretrizes são flagrantemente omissas, a despeito de a legislação exigir critérios específicos para os diversos regimes de trabalho. Para os professores, como 20 horas são a metade do horário do regime de 40 horas, caberia, obviamente, ponderar com o fator 2 suas atividades, tanto na avaliação quantitativa quanto na qualitativa, garantindo a paridade no julgamento entre regimes.

Ocorre que, para a avaliação quantitativa, há um limite máximo definido em lei para qualquer regime. Por isso, no entendimento da assembléia, o professor de 20 horas que dá oito horas semanais de aulas faz jus a 120 pontos e deve ser avaliado pelos restantes 20 pontos, na parte qualitativa, respeitando-se o multiplicador 2.

No que se refere à licença sabática especial, constatou-se que as diretrizes da comissão nacional nada dizem sobre os professores em licença especial para fins de complementação de pós-graduação *stricto sensu*. A norma de não considerá-la para fins de atribuição da GED integral foi apontada como restritiva em relação ao texto legal, que prevê tal tratamento para todos os docentes regularmente afastados.

Quanto à correção de informações, por solicitação dos professores, a assembléia reivindica que tal procedimento deve ser regularmente previsto em todos os processos de concessão da GED. Reclama, também, instauração automática de processo de informação ao interessado sempre que houver divergência entre o valor postulado e o que lhe for atribuído, em qualquer instância, ou a qualquer momento, por sua solicitação.

Os professores pleiteiam, ainda, que seja claramente estabelecido, no cronograma geral de atividades, o prazo para que o docente que se sinta prejudicado requeira a correção dos cálculos; a definição de diretrizes específicas, por área de conhecimento, para as avaliações; e a pontuação para as atividades de representação sindical dos professores.

Beira dos Aflitos

O professor Délcio Vieira Salomon lança dia 15, na festa que a Apubh promove no Clube Sírio, em comemoração ao Dia do Professor, sua novela satírica 'Beira dos Aflitos', construída como resposta dos aposentados, como ele, ao xingamento de vagabundos, expressão com a qual o presidente Fernando Henrique classificou todos os inativos da União. O enredo se desenvolve num *locus* virtual, batizado com o nome que dá título à obra. O *leitmotiv* do texto pode ser encontrado logo nas primeiras páginas: "Vagabundos não era palavra para se dizer, muito menos ofensa para se xingar". A comemoração abre espaço para todos os professores-escritores apresentarem suas obras, bastando para tanto que a Apubh seja comunicada em tempo hábil.

Celulares

A Nossacoop firmou contrato com a Maxitel para oferecer aos cooperados locação a custos reduzidos. Quem quiser aderir ao plano deverá se dirigir à sede da entidade portando fotocópias da carteira de identidade, do cartão do CPF e de algum comprovante de endereço. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones 492-8006, 492-8616, 443-6686 e 441-4811.

'Veritas'

O comitê coordenador da pesquisa sobre a seguridade social sugestivamente denominada "Veritas Quae Sera Tamen", formado pelos professores Elias Antônio Jorge, Carlos Eduardo de Ataíde Castro e José Henriques Maia Filho, já concluiu e está divulgando o Informativo nº 2 sobre o trabalho, que vem obtendo grande repercussão em todo o país. A publicação revela que somente no primeiro trimestre deste ano o país gastou com juros R$ 26,2 bilhões, R$ 10 bilhões a mais do que no período correspondente do ano passado, concluindo que o privilégio dos juros na dotação e na execução orçamentária dos encargos financeiros da União, em relação aos demais itens, não foi uma excepcionalidade de 1998. "É curioso que o Executivo Federal considere uma urgência a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e não mova uma palha no sentido de apurar a irresponsabilidade com que tem sido conduzida a política de juros abusivos", criticam os pesquisadores.

Educar

A L&C Feiras e Eventos promove nos próximos dias 20 a 24, no Diamond Mall, a Educar – Feira de Educação e Cultura, evento inédito no Estado, aberto ao público em geral, que tem como objetivo divulgar e integrar segmentos envolvidos com atividades educacionais e culturais. Além das diversas palestras que serão proferidas por especialistas, a feira terá bate-papo com autores, oficinas, peças de teatro, recitais de poesia, corais e brinquedoteca.

Impasse pode levar a nova greve

Enquanto o Governo aposta na sua capacidade de convencimento dos parlamentares federais para que o Congresso discuta e aprove, ainda neste ano, o projeto de autonomia universitária elaborado pelo MEC, agrava-se o impasse criado com os professores, reitores - ou pelo menos parte deles, representados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) – e integrantes da Frente de Defesa da Universidade Pública, da Câmara dos Deputados.

A falta de diálogo com o Governo e o distanciamento das posições pode levar até mesmo a uma nova greve nacional dos professores das universidades públicas, reeditando o sucesso da iniciativa do Movimento Docente no ano passado. Em entrevista no último dia 28, o presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes – Sindicato Nacional), Renato de Oliveira, deixou clara a disposição da categoria que lidera: "Se não houver mudanças significativas no projeto, vamos fazer greve", avisou.

A paralisação, por tempo indeterminado, segundo o presidente da Andes-SN, teria início assim que o atual projeto, apresentado aos professores e reitores no final de julho, for enviado ao Congresso. Para Renato de Oliveira, a paralisação só será evitada com mudanças substanciais na proposta, especialmente nos pontos que tratam do financiamento das instituições.

A presidente da Apubh, Laura Miccoli, também está convencida de que, sem a destinação de mais recursos para as universidades públicas, com fontes claramente definidas, a categoria decidirá pela greve nacional imediata, em resposta ao que os professores consideram a tentativa final do governo de se afastar de seu dever constitucional de assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior público no país. "O Governo não nos está dando outra alternativa senão a paralisação nacional, em defesa da sobrevivência e da autonomia didático-científica das universidades", adverte.

O esforço do MEC para aprovar seu projeto, deplorado por professores, pela maioria dos reitores, pelos funcionários técnico-administrativos e pelos estudantes, não se limita às articulações para convencer os parlamentares, que tornariam a proposta uma realidade com os votos de sua maioria simples. Outra iniciativa que faz parte do conjunto de ações do MEC é a publicação de um fôlder, de tiragem e custo desconhecidos, que está circulando por todo o país e tem seu texto disponibilizado também na *home page* do ministério. Sob o título "Autonomia universitária – entenda o que é e como funcionará", a peça publicitária tenta convencer o leitor de que a proposta do MEC é a maior das maravilhas, sem responder, com razoável fundamentação, a qualquer das questões básicas levantadas pelo Movimento Docente.

Justiça impede Governo de confiscar os servidores

O Supremo Tribunal Federal impôs ao Governo, no último dia 30, uma das mais duras derrotas da gestão de Fernando Henrique Cardoso, impedindo que servidores ativos, aposentados e pensionistas fossem confiscados em seus salários, congelados há seis anos, para que o país pudesse cumprir o ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional, de altíssimo custo social para os brasileiros.

Por 11 votos a 0, os ministros julgaram inconstitucional a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas para a Previdência Social, por ferir frontalmente o artigo 193 da Constituição, emendado pela Reforma da Previdência.

O aumento das alíquotas para os servidores da ativa foi rejeitado por 9 votos a 2, alinhando-se com a pretensão extorsiva do Governo os ministros Nelson Jobim e Moreira Alves.

As decisões do STF têm eficácia imediata. Todo o dinheiro arrecadado indevidamente deverá ser devolvido logo após o julgamento do mérito das ações, nos próximos meses.

Embora os ministros tenham analisado somente um pedido de liminar da Ordem dos Advogados do Brasil, o próprio advogado geral da União, Geraldo Quintão, admite que não cabe mais qualquer espécie de recurso contra a decisão do Supremo, uma vez que seus membros entraram também no mérito da ação.

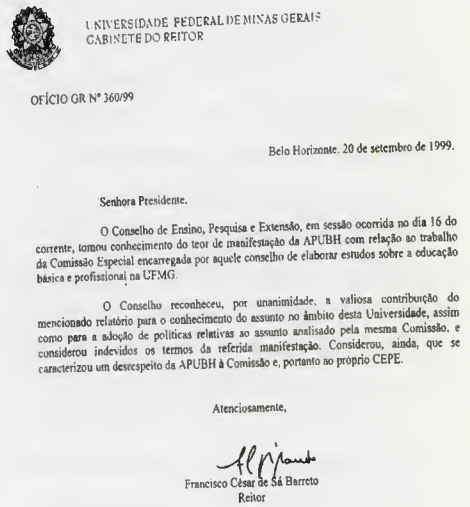
A estratégia do Governo agora é apostar todas as suas fichas na aprovação de projeto que elevaria a alíquota dos servidores da ativa dos atuais 11% para 15%.

Notícia do 'Boletim' gera protestos

A publicação, neste "Boletim", no mês de agosto, da nota sob o título "Avaliação do CP e do Coltec é criticada", que revela as discordâncias de professores dessas unidades especiais quanto às formas de elaboração, apresentação, publicação e distribuição do documento "Educação básica e profissional na UFMG, diagnóstico e perspectivas", provocou protestos da comissão especial do Cepe responsável pelo estudo e do reitor da UFMG, Francisco César de Sá Barreto.

A comissão, em texto intitulado" Carta Aberta à Apubh", afirma que as reações dos docentes, manifestadas após as reuniões dos dias 23 de julho e 7 de agosto últimos, foram "transcritas de forma leviana" por este "Boletim". E assinala, em tom menos deselegante e agressivo, diversas outras incorreções que supostamente se encontrariam no breve texto. Entre elas, uma realmente cometida, a que se refere ao título do livro em que se transformou o citado e polêmico documento, onde a expressão "ensino básico e profissional" foi equivocadamente substituída por "educação de primeiro e segundo graus". O que, evidentemente, em nada altera o conteúdo da nota, que torna público fato de amplo conhecimento interno no Centro Pedagógico e no Colégio Técnico, qual seja a revolta dos professores com a forma de elaboração e divulgação do trabalho pela comissão.

O reitor, em Ofício de Gabinete, elogiou o relatório da comissão e julgou "indevidos" os termos da nota publicada, que, no seu entendimento, caracterizam um "desrespeito" à comissão e ao próprio Cepe.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
GABINETE DO REITOR

OFÍCIO GR Nº 360/99

Belo Horizonte, 20 de setembro de 1999.

Senhora Presidente,

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão ocorrida no dia 16 do corrente, tomou conhecimento do teor de manifestação da APUBH com relação ao trabalho da Comissão Especial encarregada por aquele conselho de elaborar estudos sobre a educação básica e profissional na UFMG.

O Conselho reconheceu, por unanimidade, a valiosa contribuição do mencionado relatório para o conhecimento do assunto no âmbito desta Universidade, assim como para a adoção de políticas relativas ao assunto analisado pela mesma Comissão, e considerou indevidos os termos da referida manifestação. Considerou, ainda, que se caracterizou um desrespeito da APUBH à Comissão e, portanto ao próprio CEPE.

Atenciosamente,

Francisco César de Sá Barreto
Reitor

Fac-símile do ofício recebido pela presidente Laura Miccoli. A carta aberta da comissão especial do Cepe encontra-se na home page *da Apubh (http://apubh-ufmg.org.br)*

Nota da Redação

O texto publicado na página 8 da edição de agosto de 1999, deste "Boletim", retrata fielmente a reação de parcela muito representativa, pelas posições que seus integrantes ocupam, dos professores do CP e do Coltec que participaram das citadas reuniões.

A omissão das diversas fontes de onde emanaram os sentimentos de surpresa e revolta deve-se ao propósito de não estimular o surgimento de divergências internas que possam assumir caráter personalista, o que, acreditamos, não condiz com a grandeza e as tradições de uma instituição do porte da UFMG. A não-revelação das fontes, contudo, em nada altera o conteúdo da nota, que é, tão-somente, uma síntese jornalística das opiniões emitidas por professores que exerceram seu direito de discordar do método de elaboração e da forma de apresentação do documento. Prática, aliás, natural e salutar na convivência democrática. É de se ressaltar que em nenhum momento este "Boletim" manifestou opinião própria, limitando-se a registrar um fato facilmente comprovável.

A Redação deste "Boletim" manifesta sua estranheza também quanto ao conteúdo e à forma do ofício que a presidente da Apubh, Laura Miccoli, recebeu do reitor Francisco César de Sá Barreto. Primeiro, no conteúdo, pelo precipitado julgamento que faz, quando afirma que "considerou indevidos os termos da referida manifestação", antes mesmo de procurar obter informações mais aprofundadas sobre as razões que provocaram o protesto dos professores. Segundo, porque cabe ao Conselho Editorial da Apubh, do qual o reitor não faz parte, e ao jornalista responsável pela publicação, avaliar o que este "Boletim" deve ou não publicar, observando-se sempre as normas legais que disciplinam o pleno exercício da liberdade de imprensa.

Quanto à forma, é de se indagar a razão do envio de um Ofício de Gabinete, o GR Nº 360/99, assinado pelo reitor, nesta expressa condição, e não pelo presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão que se reuniu no dia 16 de setembro e teria deliberado sobre a singela nota deste "Boletim". O ofício não diz se, na oportunidade, foram discutidas as inusitadas dificuldades que enfrentam no momento a educação básica e a educação profissional na UFMG.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 97/99

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1ª VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues
2ºVICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Araújo Couto

1ª SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi
2ª SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli
2º TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1º SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira
2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

EXPEDIENTE

DIAGRAMAÇÃO
Mary Oliveira de Assis
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMTb 2216/MG

TIRAGEM: 3.000 exemplares

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (031) 441-7211 - Fax: (031) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br

Os textos deste "Boletim" podem ser reproduzidos livremente, desde que citada a fonte.